

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — João Mansur
- 1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
- 2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt
- 1.º SECRETARIO — Jorge Sato
- 2.º SECRETARIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
- 3.º SECRETARIO — David Federmann
- 4.º SECRETARIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETARIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETARIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETARIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETARIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETARIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

##### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)  
SECRETARIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETARIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisóstomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETARIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETARIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETARIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)  
SECRETARIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



### 3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 236.ª Sessão Ordinária Realizada em 26 de novembro de 1973 (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Domicio Scaramella — Fuad Nacil — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Wilson Brandão e Xenof Villanueva (15)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E :

#### MENSAGEM:

MENSAGEM 106-73  
Senhor Presidente.

Curitiba, 14 de novembro de 1973.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, para oferecer as quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contragarantia de obrigações que aquela Empresa assumir, até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), em contratos de empréstimo ou financiamento em moeda nacional ou estrangeira. Visa, ainda, o anexo anteprojeto de lei, autorizar o Poder Executivo a outorgar a garantia do Tesouro Estadual o obrigações que a COPEL assumir, até o limite cumulativo equivalente, em moeda nacional, a US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares) de principal, em operações de empréstimo ou financiamento para a realização de obras de eletrificação rural do Estado.

O ofício n.º DPJ—C/009/73, de 4 de setembro de 1973, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, diz com o devido detalhamento sobre a necessidade, oportunidade e alta significação da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMÍLIO GOMES  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL poderes para oferecer as quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contragarantia de obrigações que aquela Empresa assumir, até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), em contratos de empréstimo ou financiamento em moeda nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. As quotas do Imposto único sobre Energia Elétrica a que se refere este artigo serão as correspondentes a tantos exercícios financeiros quantos forem os anos em que se distribuir o pagamento das obrigações a serem garantidas.

Art. 2.º. Fica também autorizado o Poder Executivo a outorgar a garantia do Tesouro Estadual a obrigações que a COPEL assumir, até o limite cumulativo equivalente, em moeda nacional, a US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares) de principal, em operações de empréstimo ou financiamento para a realização de obras de eletrificação rural no Estado.

Parágrafo único. As taxas cambiais a serem utilizadas para verificação do limite estabelecido neste artigo serão as vigentes à data de cada operação.

Art. 3.º. A garantia a que se refere o art. 2.º desta lei poderá estender-se a juros e demais encargos a que estiverem sujeitas as mesmas operações.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA — COPEL

Excelentíssimo Senhor  
Dr. Emílio Gomes  
Digníssimo Governador do  
Estado do Paraná  
Palácio Iguaçu — Centro Cívico  
Nesta

N/REF. DPJ-C/009/73  
CURITIBA 04.set.1973

Senhor Governador:

1 Como é do conhecimento de Vossa Excelência, tem o Estado do Paraná, reiteradamente, oferecido suas quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica em garantia de obrigações assumidas pela COPEL, em operações de empréstimo e financiamento destinadas à obtenção de recursos para o incremento e melhoria dos serviços de energia elétrica afetos a esta Empresa.

Diversos fatores recomendam a continuidade de tal procedimento, especialmente a integral ausência de risco de detrimento ao Tesouro do Estado, dada a circunstância de que — na forma da legislação federal específica (Decreto-

Lei n.º 644, de 23-06-29 e Decreto n.º 68.419, de 25-03-71) — o produto das quotas é necessariamente aplicado em obras a cargo da sociedade de economia mista estadual, geradora ou distribuidora de energia elétrica, que o recebe mediante crédito do respectivo valor ao Estado para posterior contraprestação a este em forma de participação acionária. A esse fato deve acrescentar-se o alto grau de aceitabilidade da aludida garantia, tradicionalmente revelado pelas entidades mutuantes e financiadoras.

2. Todavia, a prática que vem sendo adotada em nosso Estado consiste em solicitar-se autorização legislativa específica para cada operação em que o Poder Executivo deva intervir a fim de prestar a garantia. O prosseguimento de tal sistemática tem-se evidenciado pouco aconselhável mormente em razão das delongas a que submete a assinatura dos respectivos instrumentos de contrato, com prejuízos consequentes para cronogramas de execução de obras ou conclusões de negociações.

Revela-se-nos, portanto, de todo oportuno sugerir a Vossa Excelência a obtenção de autorização legislativa mais genérica, que possibilite a outorga da garantia em diversas operações, até atingir-se o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), de forma a evitarem-se os inconvenientes acima aludidos.

3. Por outro lado, e como também não ignora Vossa Excelência, vem a COPEL encetando negociações no sentido de obter recursos para a realização de obras de grande envergadura, dentro das previsões de seu Programa Quadrienal de Eletrificação Rural.

Encontram-se em fase de processamento preliminar, para esse efeito, diversas operações de financiamento, avultando, entre as mesmas, uma a realizar-se com o Banco do Brasil S.A., com a interveniência do Grupo Executivo de Eletrificação Rural, do Ministério da Agricultura, para repasse a esta Companhia de recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID.

Por meio de tais financiamentos, conta esta Empresa obter recursos de montante equivalente, em moeda nacional, a aproximadamente US\$ ..... 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares), a serem aplicados em obras destinadas ao atendimento de cerca de 40 (quarenta) localidades do interior do Estado.

Considerando que a conclusão das negociações condiciona-se, como é usual, à oferta de fiança ou aval idôneo, e tendo também em vista que as obras a realizar ocuparão, certamente, lugar de destaque dentro da política de desenvolvimento econômico e social do Governo de Vossa Excelência temos a honra de solicitar-lhe seja concedida a garantia do Tesouro do Estado as obrigações a serem assumidas pela COPEL nos instrumentos contratuais destinados àquele objetivo.

4. Para efeito do acima exposto, permitimo-nos elaborar a anexa minuta de anteprojeto de lei (I), a qual — em caso de sua concordância e aprovação — solicitamos seja remetida à Assembléia Legislativa.

Sem mais para o momento, renovamos a Vossa Excelência as expressões do nosso mais alto apreço.

Atenciosamente,  
ARTURO ANDREOLI — Diretor Presidente.  
A Comissão de Constituição e Justiça.

#### OFÍCIOS:

Do Senhor Deputado Federal José Carlos Leprevost, agradecendo convite enviado por esta Casa, por ocasião de entrega de Título de Cidadã Benemerita do Paraná à Senhora Dalila de Castro Lacerda. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Deputado Federal Antonio Ueno, comunicando o registro naquela Tribuna, da homenagem que esta Assembléia prestou na ocasião da entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Peracchi Barcelos. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 272-73, do Senhor Mário Eduardo Rossi, comunicando que assumiu o cargo de Prefeito Municipal de Cornélio Procopio, por motivo de licença do Titular daquela Pasta. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Dr. Walfrido dos Anjos, 1.º Secretário e Presidente da Comissão de Festejos Pró Dia da Homeopatia da Associação Paulista de Homeopatia do Estado de São Paulo, comunicando que foi comemorado no dia 21 do mês em curso, no dia da homeopatia. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Leis nrs. 231-73, 141-73 e 142-72.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos um voto de congratulações pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo o senhor Dr. Alfredo Jorge Budant à testa da Administração do Porto de Paranaguá.

Na Superintendência daquela autarquia, o Dr. Alfredo Jorge Budant vem dotando o nosso principal porto de uma estrutura invejável, que coloca o Paraná em condições de atender todo o nosso movimento de exportação e importação bem como de outros Estados.

Amparado agora pela política financeira federal no que diz respeito aos "corredores de exportação" e dirigido por uma equipe que conhece a fundo os seus problemas, o Porto de Paranaguá é hoje motivo de orgulho para nós paranaenses.

Da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao sr. Dr. Alfredo Jorge Budant.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1973.

(a) Jorge Sato

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Valendo-se de dispositivo regimental, é o presente para requerer voto de lóuor e aplauso ao Governo do Estado do Paraná pela nomeação do Senhor Francisco Borja de Magalhães para Diretor Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação IPARDES).

O Professor Francisco Borja Magalhães, competente técnico e especialista na área econômica, alia a essa condição uma formação de homem público de ampla visão social que lhe permite um aprobecho meta — Tecnocrático, tão necessário na pesquisa e planejamento econômico.

Detentor de inúmeros e valiosos títulos universitários o Professor Fran-



cisco Borja Megalhães juntamente com os demais integrantes dos Conselhos da Fundação, haverá de tornar o IPARDES um órgão exemplar em sua missão de apoio à política de desenvolvimento do Estado do Paraná.

Assim, Senhor Presidente, solicito que se acolhido pelo ilustre Plenário desta Casa, se dê conhecimento da presente proposição ao Exmo. Senhor Governador do Estado e ainda ao recém-nomeado Presidente do IPARDES.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1973.

(a) **Luiz Roberto Soares**

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, vem respeitosamente solicitar de Vossa Excelência que sejam justificadas as suas faltas às Sessões ocorridas na semana de 19 a 23 do corrente, por motivo de viagem a Salvador-Ba., onde participou como representante desta Casa, no VII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1973.

(a) — **Borsari Neto**

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro, a sustação administrativa de Requerimento de minha autoria, aprovado na Sessão da última sexta-feira, dia 23 de novembro, solicitando a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de voto de repúdio ao Exmo. Sr. Senador Petrólio Portela, MD. Presidente da Aliança Renovadora Nacional, aguardando-se pronunciamento de S. Exa. contestando, notícia publicada no jornal "O Estado de São Paulo" onde S. Exa. afirma que os partidos políticos não têm condições para gerir os recursos do fundo partidário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1973

(a) — **Maurício Fruct**

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 283-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Ficam criados um Curso Normal e um Curso Científico no Município de Terra Roxa, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1973

(a) — **Paulo Poli**

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com a criação dos Cursos Normal e Científico no Município de Terra Roxa, proporcionar à população daquele Município que se encontra em pleno desenvolvimento, condições para o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar o interesse pelo estudo, dentro do que determina a nova política de ensino adotada pelo Governo Federal.

Com a criação dos referidos Cursos, a população jovem do mencionado Município, estará contando com um maior número de oportunidades profissionais, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento geral da região que o ensino proporciona.

##### PROJETO DE LEI N.º 284-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARANÁ — BEMPAP, com sede em Curitiba, Paraná - Brasil.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1973.

(a) — **Igo Lesso**

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã do Bem Estar Social do Paraná é uma entidade de caráter não lucrativo, que tem por objetivo promover o bem estar social às pessoas carentes de recursos, sem qualquer discriminação de raça, credo religioso ou político.

Os membros da Diretoria, nada percebem a título de pagamento, e a entidade aplica todos os seus recursos em suas finalidades de Assistência Social, Educacional e também na difusão de literatura, visando a higiene e o combate aos males sociais.

Sua Diretoria é composta de um grupo de idealistas liderados pelo Dr. Juarez Carneiro Guimarães, que dedicam seu tempo e recursos, visando o bem da coletividade, segundo os princípios cristãos.

A Associação está devidamente registrada sob o n.º 2.808 do Livro "A" no 1.º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas da Capital, conforme se vê do anexo documento.

Assim, pelas amplas e justas razões, espero seja o presente Projeto aprovado unanimemente pela Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Registro, com satisfação, a presença neste Plenário do Sr. Aparecido Bezerra Guedes, Prefeito Municipal de São João do Ivaí e do Sr. Alcides, Vereador do Município de Apucarana.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No fim da semana passada fomos convocados por S. Exa. o Sr. Secretário do Interior e Justiça, Dr. Octávio Cesário, ocasião em que nos comunicou que, em entendimento que havia tido com o Sr. Prefeito Municipal, atendendo o apelo que fora feito por nosso intermédio e por intermédio desta Casa, estava, de certa forma, marcado um esquema para a solução dos problemas dos choferes de táxis emplacados em Municípios da área metropolitana, os chamados "piranhas".

Hoje, após aquele entendimento, S. Exa. fez questão que nos comunicássemos por telefone com S. Exa. o Sr. Prefeito Municipal de Curitiba que confirmou aquele entendimento.

Recebemos, hoje, também, do Presidente da Associação dos Proprietários e Motoristas de Táxi da Região Metropolitana de Curitiba, um ofício que passaremos a ler para que fique registrado nos Anais o conteúdo do mesmo.

(Lendo): "Associação dos Proprietários e Motoristas de Táxi da Região Metropolitana de Curitiba.

Exmo. Sr.

Paulo Poli

Digníssimo Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio 19 de Dezembro

Senhor Deputado:

Tenho a grata satisfação em levar ao conhecimento de Vossa Excelência, que reina perfeita paz e tranquilidade entre os motoristas de praça pertencentes a nossa Associação.

A maioria deles já têm conhecimento do entendimento havido entre o Senhor Secretário Octávio Cesário e o Senhor Prefeito Jayme Lerner, quando esteve presente inclusive Vossa Excelência que, em minha presença, por telefone, agradeceu o Senhor Prefeito as providências tomadas.

Com a providência prometida em licenciar um carro de Curitiba e um dos "Piranhas" alternadamente, o problema seria solucionado no máximo até o fim do ano em curso, conforme entendimentos havidos.

Na condição de Presidente da Associação dos Proprietários e Motoristas de Táxi da Região Metropolitana de Curitiba, quero agradecer publicamente a Vossa Excelência pelo interesse e trabalho que vem fazendo em favor da classe.

Atenciosamente

Curitiba, 26 de novembro de 1973

(a) **Antoninho Matt**

Presidente da Associação dos Proprietários e Motoristas de Táxis da Região Metropolitana de Curitiba".

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos trazem-me à Tribuna na tarde de hoje.

Inicialmente devo congratular-me com o Sr. Governador do Estado por uma vitória conseguida por Sua Excelência numa das lutas que encetou visando impedir que o Estado do Paraná se visse privado do seu Banco Regional de Desenvolvimento Econômico.

Os Srs. Deputados estão lembrados que, para esta Tribuna vim, por diversas vezes, para focalizar a pretendida extinção do BRDE pelo Governo do Rio Grande do Sul, secundado pelo Governo de Santa Catarina. Naquela oportunidade nos dizíamos que a extinção do BRDE não atendia aos interesses do Paraná, e que o Governador Emílio Gomes procurou manter vivo o BRDE, contra o fechamento daquele importante órgão canalizador de recursos internos para a nossa Região, e as afirmações de Sua Excelência o Sr. Governador do Paraná repercutiram intensamente junto às autoridades federais, muito embora, naquela oportunidade, o Sr. Ministro da Fazenda entendesse como válido o fechamento do BRDE, e teria Sua Excelência vinculado o fornecimento das cartas patentes para os Bancos Estaduais de Desenvolvimento, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com a extinção deste importante organismo creditício.

O Governador do Paraná, secundado por esta Casa, continuou a sua luta dizendo textualmente:

"Para nós paranaenses, e acredito também para os nossos vizinhos de Santa Catarina, a manutenção do BRDE só poderá trazer benefícios".

E disse mais, Sua Excelência:

"Pois a Instituição já comprovou a sua validade como importante fator de atração de recursos internos".

É desnecessário que cite as cifras que o benefício do BRDE já trouxe ao nosso Estado, mas é significativo registrar, desta Tribuna, o contido no Ofício 41/73, do Banco Central do Brasil, datado do último dia 12 do corrente mês, em que o Sr. Luís de Carvalho Melo, Diretor do Banco Central comunica o Sr. Governador do Estado nos seguintes termos, a possibilidade de manutenção do BRDE:

"Sr. Governador.

Comunicamos a V. Exa. que o Conselho Monetário Nacional, em Sessão de 15 de outubro de 1973, à oportunidade em que assegurou tanto ao Estado do Rio Grande do Sul como ao Estado de Santa Catarina a extinção de carta patente de Bancos de Desenvolvimento, houve por bem admitir que o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul continue atendendo ao Estado governado por V. Exa. e bem assim as duas Unidades da Federação já citadas até que os Governos locais decidam sobre a conveniência da liquidação da aquele estabelecimento, ocasião em que o fato deverá ser comunicado a este Órgão.

Aproveito a oportunidade para transmitir a V. Exa. os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Luís de Carvalho Melo

Diretor do Banco Central do Brasil".

Quero crer ter sido esta uma expressiva vitória do Governo paranaense porquanto, quando os Governos dos dois Estados sulinos encaminharam às suas Assembléias Legislativas a denúncia do convênio, o nosso Governador acreditando no bom senso das autoridades federais, encetou a luta pela manutenção do BRDE, conseguindo este desiderato.

E, por certo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma vitória que deva merecer o registro nos Anais desta Casa.

Outro assunto, Sr. Presidente:

Atendendo convite das autoridades municipais de São Jorge do Oeste, na última sexta-feira dia 23, acompanhei Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, Sr. Emílio Gomes àquele Município, juntamente com outros Srs. Deputados Estaduais, Deputados Federais, Secretários de Estado, além de representantes do Ministério da Agricultura e do INCRA.

Solenidade das mais comovedoras e significativas.

Naquela dia, 2.000 posseiros das glebas Chopim, Paço do Sol e Entre Rios receberam o título de propriedade das porções de terra que habitam há longo anos, naquela faixa de fronteira. Vi no olhar daqueles extraordinários brasileiros, refletido o contentamento, por haverem sido contemplados por um ato de Justiça, por parte dos Governos da União e do Estado do Paraná.

É significativo registrar que aquela coletividade sempre confiou na ação do Governo, pois soube sempre, num clima de ordem, tranquilidade e paz social, aguardar a medida governamental, sem que em momento algum, a sua justa reivindicação fosse objeto da sombra desta ordem.

Desejo portanto registrar o acontecimento que foi comemorado juntamen-



te com o transcurso do décimo aniversário do emancipação política de São Jorge do Oeste; congratulamo-nos com a extraordinária e progressista população daquele Município pelo evento duplamente significativo e auspicioso.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ausente por estes motivos, deste Plenário, na última sexta-feira, fui surpreendido hoje ao ler as notas taquigráficas daquela Sessão matutina. Estranhei que este esclarecido Plenário tivesse dado acolhida ao Requerimento manuscrito de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, eminente Líder da Bancada oposicionista nesta Casa. Nos termos em que o referido Requerimento está vasado e, principalmente por haver sido apresentado não escrito e enumerado como último, a ser recebido pela Mesa, durante aquela Sessão, deduzi que a sua apresentação tenha passado despercebida dos Srs. Deputados integrantes da nossa Bancada; pois tenho a convicção de que a totalidade dos Srs. Deputados da Aliança Renovadora Nacional não considerou válidas as declarações divulgadas por um órgão da imprensa paulista e atribuídas ao Senador Petrólio Portela, Presidente Nacional do nosso Partido.

Confiar em que a aprovação do Requerimento Maurício Fruct tenha passado despercebida por desatenção do Plenário. Mesmo porque aquele expediente foge às mínimas regras da boa educação. Estou convencido também de que a publicação não corresponda à verdade; pois conhecemos o Presidente Nacional da Arena e sabemos da sua sensatez, conhecemo-lo como homem integrado ao Partido e consentente da sua responsabilidade, como político, como Senador, como Presidente da nossa Agremiação e como antigo Presidente do Congresso Nacional.

Não seria ele, por certo, que iria afirmar que o Partido por ele presidido não tem idoneidade, porque estaria injuriando a si próprio se aquelas declarações que lhe foram atribuídas representassem a expressão da verdade.

Isto basta, Sr. Presidente, para dizer que as notícias não devem corresponder a uma manifestação do Senador Petrólio Portela.

Daí por que entendo oportuno que a Assembléia Legislativa, como órgão colegiado do Poder Legislativo, não deve por sua vez cometer a injúria de responsabilizar o Presidente de nosso Partido por uma notícia de cuja autenticidade se pode pelo menos duvidar.

A aprovação, portanto, creio não correspondeu à maioria dos Deputados nesta Casa. Isto posto, Sr. Presidente, serve o presente para requerer do Plenário, nos termos do Regimento Interno, a consignação em Ata de um voto de confiança ao Senador Petrólio Portela na certeza de que S. Exa. não deu as declarações a ele atribuídas por aquele órgão de imprensa.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Ivo Thomazoni, Líder do Governo, votei favoravelmente ao Requerimento do nobre Deputado Maurício Fruct e o fiz conscientemente porque escutei com atenção a leitura procedida na Tribuna pelo Deputado Muggiati Filho das declarações, para mim até espúrias, do Senador Petrólio Portela. Porque nem ao Senador Petrólio Portela e a ninguém neste País cabe o direito de afirmar publicamente que os Partidos não têm idoneidade moral para movimentar o Fundo Partidário. Mas no instante em que V. Exa. como Líder do Governo nesta Casa vem à Tribuna e diz que não são exatas as declarações que foram distorcidas, votaria prazeirosamente um Requerimento de V. Exa., não nos termos do que apresenta, dando um voto de confiança ao Senador Petrólio Portela, mas um Requerimento para que a Mesa sustasse a tramitação do Requerimento aprovado anteriormente e o deixasse sem efeito. A vontade do Plenário é soberana e se a maioria da Casa houver por bem deixar sem efeito, dada a inveracidade das notícias publicadas como sendo declarações do Sr. Petrólio Portela, nada mais justo e eu votaria outro Requerimento neste sentido. Mas dando voto de confiança ao Senador Petrólio Portela não votarei porque não o conheço pessoalmente e não darei voto de confiança a ele.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Erondy Silvério, ninguém mais do que eu respeita V. Exa. como Deputado autêntico defensor dos legítimos interesses de uma coletividade. V. Exa. tem sido sempre nesta Casa um homem que tem sabido defender seus pontos de vista, jamais arredando o pé quando da defesa das convicções políticas e democráticas que V. Exa. sempre soube fazer-lhe tão bem.

Respeito a opinião de V. Exa. e quero dizer que a preocupação deste Deputado não é outra senão expungir a possibilidade de que nas notas, nos Anais desta Casa, permaneça uma injúria contra um homem que não é tão somente o Presidente de nosso Partido, da maior grei partidária das duas que existem neste País, mas ao Senador, ao ex-Presidente do Congresso Nacional que é um homem que tem uma posição democrática, passado democrático e que merece de todos nós, seus companheiros, o respeito, o acatamento.

Considere a votação do Requerimento de autoria do nobre Deputado Maurício Fruct como uma atitude precipitada deste Plenário. Deveríamos nós, Deputados da Aliança Renovadora Nacional, seus comandados, primeiro, consultar S. Exa. sobre a validade das declarações a ele atribuídas. Nada mais regimental, nada mais normal, nesta Casa, do que sustar a votação do Requerimento da Sessão de sexta-feira para a Sessão de hoje. Fato tão corriqueiro quando qualquer dúvida haja sobre a intenção de se melindrar alguém. E, no caso, estamos nós, paranaenses, por unanimidade desta Casa, otendendo aquele que tem a responsabilidade de manter a classe política, o contato com os órgãos governamentais, com o Senhor Presidente da República e com o Senhor Presidente do Congresso Nacional, o contato, como dissemos, que visa o fortalecimento da democracia neste País.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Agradeço a V. Exa. ter-me concedido este aparte e quero reafirmar o que disse anteriormente de que, se as declarações foram distorcidas, nada mais justo que esta Casa repudie o mal feito, tornando sem efeito o Requerimento. Porque, veja V. Exa., o Sr. Petrólio Portela, em Brasília, recebe um voto de repúdio — votado por unanimidade — e uma semana após, recebe voto de confiança, votado pela metade da Casa. Então, ficamos numa situação difícil. V. Exa., como Líder da ARENA, deve ajudar a preservar a autoridade deste Poder e modificar os termos do Requerimento que V. Exa. propõe apresentar à Casa. Modificando os termos para que torne sem efeito o Requerimento votado na sexta-feira. Então, é perfeitamente regimental, fica o dito por não dito. Mas, aprovar, agora, um voto de confiança e deixar que o outro Requerimento seja enviado, é uma atitude temerosa.

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado Erondy Silvério, informo a V. Exa. que, exatamente, era esse o meu pensamento. Todavia, procurei assessorar-me e verificar da possibilidade regimental de que matéria vencida voltasse a este Plenário e obtivesse, então, uma rejeição. Confesso a V. Exa. que a Assessoria não encontrou meio regimental que me capacitasse, no corpo, do meu Requerimento, solicitar a invalidade do Requerimento de autoria do nobre Deputado Maurício Fruct, porquanto foi o mesmo, por esta Casa, aprovado, e dada a matéria como vencida. É lógico é natural, que o ponto de vista de V. Exa. é bem mais condizente com o que pretendo. Todavia, V.

Exa., em uma Questão de Ordem, pode indagar da Presidência se existe dispositivo regimental que torne isso possível. E estarei de pleno acordo com V. Exa.

O Sr. Erondy Silvério — Nobre Deputado Ivo Thomazoni, acima do Regimento desta Casa está a soberania do Plenário. Quem pode mais, pode menos. O Plenário poderá modificar disposição regimental. Então, a Mesa poderia decidir, baseada na Maioria do Plenário, sustar a votação do Requerimento formulado pelo Deputado Maurício Fruct. Isso é perfeitamente normal e dentro de uma Casa Legislativa depende apenas da boa compreensão e boa vontade da Mesa. O Plenário, na sua maioria, é soberano e pode perfeitamente sustar a tramitação de um Requerimento, desde que haja motivo relevante. V. Exa. vem informar que foram distorcidas as declarações do Senador Petrólio Portela. Não estou advogando aqui a favor do Senador Petrólio Portela, porque tenho dele tristes recordações lá pelos idos de 64. Por isso não quero dar um voto de confiança ao Presidente Nacional da Arena, mas acho muito justo que este Plenário deixe sem efeito a tramitação do Requerimento aprovado na Sessão de sexta-feira.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa., nobre Deputado Erondy Silvério, deverá, por certo, aquilatar a responsabilidade desta Casa por haver dado apoio ao Requerimento em apreço. Nós somos nesta Casa maioria numérica, esmagadora. Indagamos sobre se a maioria de nossa Bancada aprovou o Requerimento nos termos em que ele foi vasado, em que ele está vasado. Permitto-me afirmar que a maioria haverá de se considerar ausente naquela Sessão, por ocasião da votação. Poderiam perguntar-me por que um dos Srs. Deputados não solicitou verificação de votação, verificação de quorum. Mas tenho informações de que, por ocasião da votação desse Requerimento encontravam-se em Plenário nada mais do que 9 Srs. Deputados. Talvez esta razão invocada desta Tribuna, com todo o respeito que eu tenho por todos os Srs. Deputados, me permita, desde que impossível sustar o processo, agora, administrativo, tão somente o encaminhamento dos termos do Requerimento para conhecimento do interessado e assim eu me permito solicitar à valorosa Bancada da ARENA o apoio ao meu Requerimento porque nos termos em que ele está vasado, não ofende esta augusta Casa de Leis por ter votado um voto de repúdio para, na Sessão seguinte, ter se redimido e votado um voto de confiança àquele que tem a responsabilidade de presidir os destinos de nossa grei partidária.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Primeiramente, nobre Deputado, quero dizer que não me encontrava presente à Sessão em que foi votado o Requerimento do Deputado Maurício Fruct. Em seguida, gostaria de dizer a V. Exa. que não me causaria estranheza se o Senador Petrólio Portela se redimisse de suas declarações, porque a vida de S. Exa. tem sido sempre desdizer um dia após aquilo que disse no dia anterior. Assim foi e ele já entrou para a história política do País fazendo parte até do anedotário dela, porque no dia da queda de João Goulart o Senador Petrólio Portela, então Governador, foi o responsável por dois discursos, um de manhã, de apoio ao Sr. João Goulart e outro à tarde de repúdio ao Sr. João Goulart. Isso já faz parte da história do Brasil e integra o anedotário político nacional. Então, o passado do Senador Petrólio Portela, no que diz respeito ao seu caráter, é dos menos recomendáveis possíveis. Não é porque S. Exa. é Presidente da Arena que faço estas referências ao Senador, porque também faria as mesmas a um Governador do meu Partido, o Governador do Estado da Guanabara, Chagas Freitas, do qual gostaria, inclusive, publicamente, de pedir a expulsão de meu Partido. Não estranharia que o Senador Petrólio Portela fizesse declarações e depois viesse desmentir-las porque a vida de S. Exa., em momentos até muito mais graves tem sido de muitas maiores irresponsabilidades. Na verdade, esta é a trajetória política do Presidente da Arena, é irresponsável, é um homem que afirma algo na véspera e desmente no dia seguinte.

Feitas estas considerações gostaria de dizer que entendo como V. Exa. que não há como a Casa reter a medida administrativa de encaminhamento de uma decisão aprovada pelo Plenário da Casa. Não somos soberanos? Então, não haveria necessidade de Regimento Interno. Qualquer decisão da Casa passaria a ser válida porque ela revogaria o Regimento quando uma decisão fosse tomada de forma diferente daquela estabelecida regimentalmente. Entendo que existe um Regimento que rege a forma de ação desta Casa e ele deve ser obedecido.

Entendo, também, que a medida de V. Exa. é válida. É evidente que ficará caracterizado que a Casa votou determinado Requerimento num sentido e noutro dia resolveu fazer de outra forma talvez devido a uma série de exames da matéria. Concordo, plenamente, com V. Exa. que a medida regimental é esta e não podemos sustar a tramitação administrativa de uma medida já aprovada pelo Plenário, senão teremos, doravante, aqui decisões, aprovações de Projetos de Lei e Requerimentos e em seguida vamos anular tudo isso, a medida administrativa é pública, a medida administrativa que, simplesmente, fará chegar ao conhecimento do interessado aquilo que se aprovou nesta Casa.

Estou com V. Exa. quanto ao caminho sugerido. Entretanto, acho que não podemos sacrificar o Regimento sob pena de termos que discutir a matéria em outro aspecto e quem sabe, em outro campo. Agradeço a V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Sebastião Rodrigues, se me referi, desta Tribuna, contra os termos usados pelo Deputado Líder do MDH, é porque, principalmente, entendo que S. Exa. não poderia, jamais, ter feito essas declarações, que a ele são imputadas, por um órgão de imprensa. O Senador Petrólio Portela estaria injuriando a si próprio ao afirmar que o Partido Político por ele presidido não tem condições e idoneidade para gerir o fundo pretendido.

A razão que me traz a esta Tribuna é para dizer que, no instante, em que tomei conhecimento da notícia divulgada por aquele órgão de imprensa paulista, telefonei a dois Senadores paranaenses para saber se tinham entrado em contato com S. Exa. Fui informado que no instante em que foi interpelado a respeito da veracidade ou não dessas declarações, S. Exa., de pronto as desmentiu mesmo porque, afirmou o Presidente de nosso Partido, não foi uma só vez, mas inúmeras as oportunidades que teve de defender a liberação das contas que os Partidos têm direito para gerir recursos para suas campanhas eleitorais, para a filiação de eleitores e para o que mais forem destinados esses recursos.

Estou nesta Tribuna procurando, quem sabe, corrigir uma falha nessa, talvez por ter estado ausente deste Plenário na sexta-feira e de outros Srs. Deputados, também ausentes deste Plenário, na sua grande maioria por compromissos que, por certo também, os levaram às suas bases eleitorais.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, as declarações do Sr. Petrólio Portela, verdadeiras ou não, foram publicadas. Publicadas através de um órgão de imprensa dos mais válidos, dos maiores e dos mais respeitados no País — O "ESTADO DE SÃO PAULO".

Diante de tais declarações, de uma nota daquele cunho, daquela impor-



tância e daquele valor, eu pergunto a V. Exa. qual poderia ser a atitude de um Deputado desta Casa:

— É válida, não é válida, é honesta, é legal, é consciente, é necessária a atitude do nobre Deputado Líder da Oposição desta Casa, ou não é, para merecer de V. Exa. um repúdio assim tão violento e como que se atribuindo a uma atitude menos digna do nobre Deputado Maurício Fruet?

Qualquer cidadão que tem a democracia como fator da sua atuação da sua atividade política, recebe com desprezo e com desdém uma declaração como esta que foi publicada no "ESTADO DE SÃO PAULO", e acredito mesmo, nobre Deputado, que os Srs. Deputados da ARENA que votaram favoravelmente a este voto de repúdio, o fizeram conscientes, porque já é demais a conspiração sobre o poder civil, neste Brasil.

Nós estamos aqui, sujeitos a que se administre um País através de decreto e que se deixe um Poder Legislativo como fator de fachada, para mostrar lá no Exterior, que o País é um País democrata. É humilhante a nossa situação e digna a atitude do Sr. Maurício Fruet, como também o foi a votação dos componentes da ARENA, nesta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. há de entender que eu tenho em mãos as notas taquigráficas de sexta-feira.

Conheço o Deputado Maurício Fruet na sua seriedade, na sua integridade, na sua capacidade, mas, conheço também a outra personalidade do nobre Deputado Maurício Fruet, e chego a crer de que isto foi uma brincadeira de mau gosto de Sua Excelência o Líder do MDB, porque não se vota, não se pede um voto de repúdio ao Presidente Nacional de uma grei partidária; do contrário, nobre Deputado, teria a esmagadora maioria da ARENA nesta Casa, um carnaval de votos de repúdio a tantas autoridades oposicionistas, pelo simples prazer de demonstrar que temos nesta Casa uma maioria, se não agissemos com bom senso. E vou mais adiante para dizer, para elogiar o Deputado Muggiati Filho que, com a sua característica autoridade nesta Casa veio a esta Tribuna e repudiou sim, mas, com altivez, com palavreado regimental, as afirmações que ele entendeu como válidas, do Sr. Petrólio Portela, e terminou por apresentar um Requerimento não de repúdio ao Sr. Petrólio Portela, mas um Requerimento apelando ao Excelentíssimo Sr. Ministro Presidente do agrégio Tribunal Superior Eleitoral para que fosse liberado o fundo partidário, e o fez nos termos regimentais, e teve a acolhida da ARENA.

O que eu quero dizer, desta Tribuna, é de que, por certo, este Requerimento como o foi aquele da contaminação do "cancro citrico" neste Plenário, porque isto não é novidade, talvez tenha sido uma brincadeira de mau gosto e que passou despercebida pela grande maioria da Bancada da Arena, que estava ausente. É este o argumento que eu defendo desta Tribuna.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, quero pôr a questão em termos objetivos, sérios, claros e honestos, ao fazer uma indagação a V. Exa. — Se verdadeiras as declarações do Sr. Petrólio Portela, vamos supor, vamos ter como verdadeiras as afirmações do Sr. Petrólio Portela. — Qual seria o comportamento de V. Exa. como Deputado representante do povo, como Deputado representante da Aliança Renovadora Nacional?

O SR. IVO THOMAZONI — Respondo. Eu poderia censurar o Presidente do meu Partido; mas jamais chegar ao ponto de votar num colegiado que representa o Poder Legislativo, um voto de repúdio. Isto não se faz contra ninguém neste País; só se faz nas menores Câmaras Municipais, onde o nível de escolaridade dos Srs. Vereadores, não dá para entender a gravidade de uma proposição desta natureza. É a isto que eu me refiro. Que não se leve de roldão todos os Srs. Deputados, num ato que eu considero leviano da parte do Sr. Líder do Movimento Democrático Nacional; que me perdoe a honestidade, na afirmação que faço desta Tribuna. Mas como há precedente aqui de brincadeiras desta natureza, me levou a acatar que isto não passou de mais uma das brincadeiras do meu eminente amigo e grande companheiro, Maurício Fruet.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Ivo Thomazoni, existe realmente e isto é bíblico, hora de criticar, hora de ir, hora de chorar, hora de trabalhar, hora de denunciar. E V. Exa. sabe muito bem que isto faz parte da vida.

Existem momentos, realmente, eminente Líder do Governo nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, que, dentro da seriedade com que se leva os trabalhos parlamentares desta Casa; existem instantes de distração, de brincadeiras e de divertimento. Isto não quer dizer, eminente Líder do Governo nesta Casa, que os assuntos de seriedade devam ser levados com este sentido e buscando este objetivo. Por isso, digo a V. Exa. que se houve inverdade, se houve brincadeira de mau gosto, partiu de S. Exa. o eminente Presidente da Aliança Renovadora Nacional, Senador Petrólio Portela, ao afirmar a um dos órgãos mais sérios deste País, o jornal "Estado de São Paulo", que a classe política não tinha condições de gerir o "Fundo Partidário".

V. Exa. ao iniciar seu pronunciamento abordando este assunto desta Tribuna, afirmou que de certa maneira, o Requerimento por nós encaminhado na sessão matinal de sexta-feira, o foi na última hora e não satisfaz as normas regimentais...

O SR. IVO THOMAZONI — Falei que foi o último e de número 7/73.

O Sr. Maurício Fruet — Gostaria de dizer que antes de apresentar o Requerimento, o que me levou a esta apresentação foi ter sido o assunto abordado desta Tribuna pelo eminente Deputado José Muggiati Filho que, na qualidade de Presidente do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro, fazendo referência inclusive a uma manifestação da Assembléia Legislativa de Pernambuco de um Requerimento encaminhado ao Superior Tribunal Eleitoral, no sentido de que a verba do "Fundo Partidário", fosse imediatamente colocada à disposição dos partidos políticos. E destacou ainda que essa verba viria muito mais em favor da Aliança Renovadora Nacional, tendo em vista a sua superioridade numérica na grande maioria dos Estados desta República; e, consequentemente, seria a Aliança Renovadora Nacional a mais beneficiada com o recebimento do "Fundo Partidário". Quanto a isto, não há dúvida, o que nos causou estranheza, o que fez com que chegassemos a apresentar esse Requerimento foi acreditar ter sido uma terrível inverdade cometida pelo Presidente da ARENA, ter sido uma brincadeira de muito mau gosto as declarações prestadas ao jornal "Estado de São Paulo", reproduzidas por outros órgãos de representação do País, inclusive pela "Gazeta do Povo" de Curitiba. No sentido de que os Partidos políticos não tinham condições para gerir os recursos partidários. O Senador Petrólio Portela talvez pudesse falar em nome da ARENA, o que também não concordamos porque acreditamos que a ARENA tenha parlamentares com capacidade e idoneidade para gerir esses recursos, mas de forma alguma poderia ter feito aquelas declarações incluindo também o MDB. Por esta razão e outros motivos que passarei a alinhar neste aparte, se V. Exa. permitir, acrescentarei que a manifestação desta Casa foi feita conscientemente. Tenha certeza V. Exa. de que não usamos do expediente de apresentação do Requerimento tendo em vista sua ausência nesta

Casa e também a ausência do eminente líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares que, como V. Exa., estava tratando de interesses do Paraná e de seus Municípios. Não foi este nosso propósito. Trouxemos o assunto em Plenário e o debatemos num instante de oportunidade. Era aquele o momento para discutir o assunto porque, como disse V. Exa., existe um instante em que há necessidade do homem público tomar posição, certa ou errada, mas adotar uma posição. Aquele era o instante, foi naquele momento que tomamos conhecimento da manifestação do Presidente da ARENA. Agora nobre líder do Governo, gostaria de acrescentar a V. Exa., coracionalmente, que da mesma forma como apresentamos nesta Casa um voto de repúdio ao eminente Presidente da ARENA, Senador Petrólio Portela, se como V. Exa. diz, as declarações forem inverídicas e se houver uma manifestação do Senador Petrólio Portela, tenha a certeza absoluta de que não teremos vergonha de vir à Tribuna e solicitar da Casa que sejam excluídas dos Anais da Casa aquela nossa manifestação. Mas, como falou V. Exa., haveria necessidade de se esperar mais para se chegar à conclusão de que houve ou não tal manifestação. V. Exa. atesta que não houve até agora manifestação do eminente Senador Petrólio Portela refutando a veracidade de suas declarações. Havendo uma declaração oficial do Presidente da ARENA de que as declarações publicadas pelo jornal "Estado de São Paulo" e divulgadas por outros jornais do País são levianas, não passam de brincadeira de mau gosto tenha a certeza, de que da mesma forma como apresentamos um voto de repúdio, que achamos uma atitude parlamentar das mais sérias, talvez até faltando um pouco com a gentileza ou faltando totalmente com a gentileza, nisto concordamos, mas como uma resposta à altura por uma declaração no sentido de que nós políticos, não da ARENA ou do MDB, mas todos nós não temos capacidade para gerir recursos oriundos do Fundo Partidário, da mesma forma, repito, não teremos vergonha de vir à Tribuna para pedir desculpas. Fomos obrigados a repudiar as afirmações que recebemos como ofensa. Da mesma forma, da mesma igualdade, da mesma dose. Foi, como V. Exa. pode aquilatar uma defesa evidente e assim caracterizamos nosso posicionamento. Mas tenha a certeza de que se houver um desmentido oficial do Presidente da ARENA, desta mesma Tribuna, da mesma forma como apresentamos aquele voto de repúdio de acordo com o Regimento Interno, como autor do Requerimento, não teremos a menor vergonha, pelo contrário, o faremos como medida de inteira justiça, no sentido de que o referido Requerimento se torne sem efeito se assim for o pensamento desta Casa. Porém, fica a ressalva, "se efetivamente, as declarações foram prestadas, à imprensa, nos termos publicados pelo jornal", continuaremos mantendo nosso Requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado Maurício Fruet realmente, nada mais justo do que o Presidente da ARENA e o Presidente do MDB, defendam o que dispõe o artigo 7.º, da Lei n.º 5.682, mesmo porque já está como dispositivo regulamentado, através de resolução. Daí, nobre Deputado Maurício Fruet, não conceber que o Sr. Petrólio Portela se auto-injuriar; daí porque não conceber que um homem que está, há tantos anos em postos de maior responsabilidade da política brasileira, atribua-se incapacidade para gerir o Fundo Partidário. Isto só bastaria para se considerar inverdades as declarações a ele atribuídas por esse órgão da imprensa. Não é cabível entender como suas, as declarações, quando ele, Presidente Nacional da ARENA seria o maior beneficiário da liberação do Fundo Partidário. Porque, seria uma vitória de quem, se não daquele que tem o maior interesse na liberação dessas consignações? E quem mais do que o Senador Petrólio Portela, recebe as solicitações dos Prefeitos Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, em favor daqueles que disputam eleições, no sentido de que lhe sejam conferidos recursos para fazer face às despesas mais elementares das eleições.

O Sr. Maurício Fruet — Nobre Deputado, o que V. Exa. está dizendo, desta Tribuna, não necessita de uma ratificação. Concordo, perfeitamente com V. Exa. O que não entendemos é que S. Exa. o Senhor Presidente da ARENA, Senador Petrólio Portela, não a tenha, até agora, desmentido essas declarações. É isso que não entendi, porque, se houver o desmentido do que parece uma brincadeira de mau gosto como disse V. Exa., imediatamente retiraremos o Requerimento, sem vergonha nenhuma.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, parece-me que, em face da polémica surgida com relação a pretensas declarações do Senador Petrólio Portela, e mais, em face do aparte do nobre Deputado Maurício Fruet, proporia o seguinte: em primeiro lugar, que o nobre Deputado Maurício Fruet desse credibilidade às palavras de V. Exa., no sentido de que S. Exa., o Sr. Senador Petrólio Portela, já desmentiu as suas declarações...

O SR. IVO THOMAZONI — S. Exa. o fez a colegas seus do Senado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Perfeitamente. E em segundo lugar, assinaria novamente o Requerimento do nobre Deputado Maurício Fruet, se fosse constatada a veracidade da afirmativa, mas enquanto isso não ocorrer, parece-me mais conveniente, mais sensato, que se sustasse a tramitação daquele Requerimento, porque estaríamos em vias de cometer uma irreparável injustiça. Parece uma solução salomônica ditada pelo bom senso. Razão pela qual solicito a V. Exa. que deixe de encaminhar o Requerimento que V. Exa. já preparou e estou propondo outro, pedindo a sustação daquele Requerimento até que fique clarificada a posição do Sr. Petrólio Portela, a propósito desse momentoso assunto.

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, não é outra coisa que pretendo desta Tribuna. Inicialmente, quando "experts" do Regimento Interno me assessoraram, disseram que nós não tínhamos em Plenário autoridade para sustar agora um processo administrativo é que eu tomei a atitude de procurar reparar em parte aquilo que considero também uma injustiça irreparável, desde que se dê conhecimento dos termos do Requerimento ao Sr. Presidente da ARENA.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Concordo plenamente com a manifestação do eminente líder da ARENA nesta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares, no sentido de que se suste a tramitação do Requerimento aprovado nesta Casa sexta-feira última. Gostaria de elogiar a atitude do eminente Líder da ARENA, ao dizer de que, se efetivamente fossem verdadeiras as declarações publicadas pela imprensa nacional, no sentido de que os Partidos políticos não tinham capacidade para gerir seus fundos partidários, S. Exa. o eminente Deputado Luiz Roberto Soares nos daria a honra de subscrever conosco o Requerimento, nos seus mesmos termos.

E agora indagaria de V. Exa., V. Exa. sendo atingido não por um companheiro de Partido, mas mesmo por um político militante do Movimento Democrático Nacional — e aí vai uma rápida consideração se V. Exa. me permite — não vejo diferença entre aqueles que militam na Aliança Renovadora Nacional e no Movimento Democrático Brasileiro, em termos de classe. Posso ver em termos de filosofia política, em termos de atividade parlamentar, enfim, de detalhes menores, de vírgulas no texto principal, vejo entre os integrantes da ARENA e do MDB, integrantes de uma determinada classe política,



uma classe que quer se impor pelo seu trabalho que necessita de assessoria técnica, assessoria técnica essa que seria beneficiada com recursos oriundos desse fundo partidário. Consequentemente, no momento em que essa possibilidade cai por terra, partindo de um Presidente do maior Partido nacional, nos- sa manifestação foi, acima de tudo, não uma falta de gentileza ou de cordiali- dade, ou uma brincadeira de mau gosto, mas uma atitude de legítima defesa, justamente partindo de uma declaração que V. Exa. diz ser inverídica — par- tindo daquele que é o principal mentor político desta Nação e é o porta-voz do Governo Federal em inúmeras manifestações. Consequentemente, não po- deríamos nos calar sob pena de aceitarmos um desafio que não só atinge a Bancada minoritária, o MDB, nesta Casa, mas também a Bancada inteligente e majoritária da ARENA. Assim, ficam aqui minhas observações, repudiando com a mesma amizade que V. Exa. tem conosco as suas manifestações desta Tribuna, quando afirmou tratar-se de ato leviano ou brincadeira de mau gosto. Fica, portanto, aqui, com a mesma clareza com que V. Exa. diz dessa Tribuna, fica aqui também o nosso desagrado pelos termos usados por V. Exa. dessa Tribuna após essa explicação que tivemos a oportunidade de levar a V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Indago de V. Exa., nobre Deputado, se expungidas das notas taquigráficas as considerações menos cordiais que eu possa por ventura ter emitido com relação à figura brilhante de V. Exa., se V. Exa. concorda em que seja expungida da Ata da sessão de sexta-feira a aprovação do voto de repúdio que ficou caracterizada como matéria vencida e irrevogá- vel. É a consulta que faço a V. Exa.

O Sr. Maurício Fruet — Volto a afirmar a V. Exa. que, de acordo com a proposição, como disse a solução "salamônica" apresentada pelo Deputado Luiz Roberto Soares, permaneço nos termos daquela solução, aguardando a manifestação de S. Exa. no sentido de desmentir as manifestações publica- das na imprensa nacional. No mesmo instante em que recebermos esses es- clarecimentos concordaremos plenamente com a manifestação e com o pedido feito desta Tribuna por V. Exa., porém sempre no aguardo do desmentido oficial de S. Exa. Senador Petrólio Portela.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Maurício Fruet, no corpo do Re- querimento escrito que encaminhava à Mesa a única referência que fiz a V. Exa. foi no sentido de que o Requerimento estava vasado em termos que fugiam até a regra da boa educação. Nada mais que isto e continuo enten- dendo assim. Quanto aquela de ter-me referido a V. Exa. considerando mais uma de suas brincadeiras, me permiti a liberalidade dessa afirmação porque há precedentes que me induzem a crer que o espírito liberal de V. Exa. pro- ceede assim. E isto não é absolutamente ofensivo. Quisera ter o espírito alegre e brinçalhão de V. Exa. que, muitas vezes, de sua Tribuna, pretende des- contrariar os ânimos carregados, apercebe-se até da oportunidade de uma atitude que, mais tarde, pode significar para nós, representantes do povo com assento nesta Casa, medida até de prejuízo, de ordem senão moral, pelo me- nos de austeridade que devemos manter nos trabalhos desta Casa.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assen- timento).

O SR. PRESIDENTE — Alerto o orador que tem apenas cinco minutos para concluir sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Apenas um breve aparte porque en- tendo que não ouvi da imprensa ainda um desmentido de S. Exa. o Presi- dente da Arena.

Concordo com V. Exa. que ele seria a pessoa menos indicada para fazer aquela declaração na condição de Presidente de um Partido. Mas, conheci mu- ta gente que gozava de boa saúde mental e um dia a perdeu. Poderia ser que S. Exa. tivesse caminhando para um estado de insanidade, porque, na con- dição de Presidente da Arena, fazer uma declaração daquelas deveria, repito uma vez mais, estar se transformando em um insano.

O que acho é que esta Casa poderia fazer, dentro da sustação do anda- mento do Requerimento, era a aprovação de um pedido de esclarecimento a S. Exa., já que V. Exa., um dias após a Arena decidir uma coisa vem aqui, pretender esclarecer a atitude da Arena, mais justo seria que ele também, Presidente da Arena, viesse à imprensa fazer declarações desmentindo aquilo que foi publicado. Não vi nada a respeito. Acho que poderia mesmo sustar o andamento do Requerimento na parte administrativa, de comum acordo, des- de que fosse endereçado a ele um pedido de esclarecimento, já que ele não se preocupa em desmentir, de público. Parece que existe um entendimento de sustação administrativa. Sem uma medida de outra natureza não concordo com o procedimento. Não concordo, porque está em jogo o bom nome desta Casa. O que se vai dizer da Assembléia Legislativa aí fora? Aprova alguma coisa num dia e depois no sábado e no domingo susta o andamento daquilo que aprovou.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Incide sobre o problema um aspecto jurídico de grande relevância. O nobre Deputado Sebastião Rodrigues há de concordar que se esta Casa votou certa proposição baseada numa determinada informação, informação que a pos- teriori se verifica imprecisa, é claro que o pensamento desta Casa foi traí- da, foi vulnerada. Em razão disso, me parece que um Requerimento votado, baseado em informações que depois, a posteriori, se verifica imprecisa, é um Requerimento que pode ser sustado porque, do contrário o pensamento desta Casa teria sido violentado e violado. Este é um aspecto que me parece de grande relevância no que diz respeito à sustação do Requerimento. Pediria ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior e assumiria o compromisso, de trazer uma informação correta do Sr. Senador Petrólio Portela — presumo que juntamente com o nobre Deputado Ivo Thomazoni — no sentido de es- clarecer definitivamente a questão.

Tenho certeza, estou convicto que o Senador jamais seria autor de uma tão malfadada assertiva, razão pela qual, com a maior convicção e com toda segurança eu assumo o compromisso com V. Exa., de trazer um esclarecimen- to nesse sentido.

Agora, peço a V. Exa. que me dê credibilidade.

Era o aparte que eu queria fazer, nobre Deputado.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Deputado, apenas um minuto, apenas para dizer que eu concordo com V. Exa. num aspecto e discordo em outro, eu acho que o caminho, regimentalmente, de corrigir aquilo que V. Exa. en- tende como um fato jurídico superveniente, seria a aprovação de um outro Requerimento e, não a sustação de um outro Requerimento contrariando o sentido daquele aprovado anteriormente. Não a sustação. A forma regimen- tal seria esta, o que aliás o nobre Líder propôs, à Tribuna desta Casa, a apro- vação de um voto de confiança, já que houve um desmentido posterior, mas não a sustação de um papel aqui dentro desta Casa, após a sua aprovação. Nós estaremos criando um precedente altamente perigoso dentro desta Casa.

O que eu entendo é que a forma correta seria a aprovação de um novo Reque- rimento.

Agora, credibilidade V. Exa. me mereceu, sabe disso, e continua a mere- cer. Apenas lamento que o Presidente da ARENA não tenha o zelo — pelo que dizem dele — aquele mesmo zelo que V. Exa. e os demais Deputados desta Casa demonstram, porque, ele já deveria ter vindo a público desmen- tir as notícias publicadas num dos maiores, senão o maior órgão da imprensa brasileira.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, que o bom senso indicava que o Requerimento Maurício Fruet dovesse ser substi- tuído por outro indagando de Sua Excelência a veracidade das declarações; agora, mantido aquele Requerimento, não resta outro caminho senão de sobrestar a sua tramitação administrativa, ou, do contrário, a consignação de um voto de confiança. Eu fico com a sugestão do nobre Deputado Erondy Sil- vério, secundado pelo Líder da Bancada, Deputado Luiz Roberto Soares, para que suste a tramitação administrativa do Requerimento Maurício Fruet; toda- via, entendeu-se que o Requerimento Maurício Fruet dovesse ser substituído por uma interpeleção. Era o que o bom senso ditava naquela oportunidade, ao invés do voto de repúdio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constan- tante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Ex- pediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Consti- tuição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, con- forme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50-73, de autoria da Co- missão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 21-73, que aprova Convê- nios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Carlópolis, Guarapuava, Santa Amé- lia, Palmas, Jussara e Maringá, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais mediante dotações e verbas que especifica. Pare- ceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 224-73, de autoria do Poder Exe- cutivo, Mensagem n.º 83-73, encaminhando anteprojeto de Lei de Orçamento para o Exercício Financeiro de 1974. Com parecer da Comissão de Orçamento. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55-73, de autoria da Comis- são de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 195-73, que aprova Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Clínica de Nervosos de Londrina, objetivan- do internamento de doentes mentais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59-73, de autoria da Co- missão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 201-73, que aprova o Ter- mo Aditivo de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negó- cios da Saúde Pública e o Sanatório Shangri-lá S/A., da cidade de Londrina, objetivando internamento e Assistência a Doentes Mentais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63-73, de autoria da Co- missão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 196-73, que aprova Ter- mo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Agricultu- ra (GERCA), objetivando a implantação do Instituto Agrônomo do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Apro- vado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 66-73, de autoria da Co- missão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 200-73 que aprova Ter- mo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado entre a Secretaria dos Negó- cios da Saúde Pública e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S/A., da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 217-73, de autoria do Dep. Xeno- fonte Villanueva, que denomina Ginásio Estadual Dr. Lauro Portugal Tavares, o atual Ginásio Estadual de São Martinho, situado no Município de Rolândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 221-73, de autoria do Dep. Xeno- fonte Villanueva, que institui gratificação especial de 40% sobre os respecti- vos vencimentos, aos servidores que operam com Raio "X" e substâncias radio- ativas. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE UR- GÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 248-73, de autoria do Poder Exe- cutivo, Mensagem n.º 89-73, encaminhando anteprojeto de Lei que visa regula- mentar a Norma Constitucional constante do artigo n.º 148 da Constituição Estadual. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊN- CIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150-73, de autoria do Dep. Gil- berto Carvalho, que dispõe sobre descontos salvo os previstos em Lei, nos ven- cimentos, remuneração ou proventos dos integrantes do Magistério Público e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.



## PROJETO DE LEI N.º 150-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Os vencimentos, remuneração e proventos dos integrantes do magistério público, não sofrerão descontos de qualquer natureza, salvo os previstos em lei, sem sua prévia autorização por escrito e com firma reconhecida.

Parágrafo Único: — As autorizações para descontos, já concedidas, deverão ser renovadas, obedecendo as determinações deste artigo, no prazo de sessenta (60) dias a contar da data da publicação da presente lei.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) — Gilberto Carvalho

JUSTIFICAÇÃO: — A medida preconizada decorre da necessidade urgente de se colocar um ponto final nas irregularidades que se vem verificando, de há muito, com os vencimentos do pessoal do Magistério, os quais são onerados com descontos que não os previstos em lei e, na maioria dos casos, sem o seu expresso consentimento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 150-73

Para fins de receber parecer, vem a esta Comissão Técnica, o Projeto de Lei, ora em exame, de autoria do ilustre Deputado Gilberto Carvalho, que estabelece que os vencimentos, remuneração e proventos dos integrantes do magistério público, não sofrerão descontos de qualquer natureza, salvo os previstos em lei, sem sua prévia autorização por escrito e com firma reconhecida.

A iniciativa é perfeitamente Constitucional e legal e é, também, muito oportuna. Por isso o parecer é favorável.

É o parecer, Sub censura.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973

Antônio Costa — Presidente

Igo Losso — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 150-73

Autor: — Dep. Gilberto Carvalho

De autoria do ilustre Deputado Gilberto Carvalho, o presente Projeto de Lei estabelece que os vencimentos, remuneração e proventos dos integrantes do magistério público, não sofrerão descontos de qualquer natureza, salvo os previstos em lei, sem sua prévia autorização por escrito e com firma reconhecida.

A matéria foi examinada na Comissão de Justiça, que concluiu pela sua aprovação. Do ponto de vista financeiro, que nos cabe examinar, opinamos, também, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1973

(aa) Quilse Crisóstomo — Presidente

Francisco Escorsin — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem Sr. Presidente. Considerando que o Sr. Deputado Maurício Fruet, está a redigir Requerimento que visa solucionar o que foi objeto de debates, solicito a V. Exa. a fineza de sustar a presente Sessão por cinco minutos, para que o nobre Sr. Deputado tenha tempo suficiente para redigir o referido Requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Deferida a questão de ordem do Sr. Deputado Ivo Thomazoni e suspenderei a Sessão, se necessário, após a votação do restante da matéria da Ordem do Dia.

O SR. IVO THOMAZONI — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs. 231-73, 141-73 e 142-72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando votos de louvor e aplauso ao Governo do Estado do Paraná, pela nomeação do Sr. Francisco Borja Magalhães, para Diretor Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Dr. Alfredo Jorge Budant, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo, à testa da Administração do Porto de Paranaguá. — **Aprovado.**

De conformidade com a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, suspendo a Sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão.

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando a sustação administrativa do Requerimento de sua autoria, aprovado em Sessão do dia 23 de novembro, solicitando a consignação na Ata dos trabalhos, de Voto de repúdio ao Sr. Senador Petrólio Portela, Presidente da Aliança Renovadora Nacional, pelo pronunciamento, publicado no jornal "O Estado de São Paulo", onde afirma que os partidos políticos não têm condições para gerir os recursos do fundo partidário. — Em discussão

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JÚNIOR — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, sinto-me na obrigação de, neste momento, manifestar meu voto e discordar, inclusive, com a medida encaminhada pelo nobre Líder da Bancada de meu Partido nesta Casa não considerando mais os aspectos políticos que envolvem a matéria, mas, o aspecto regimental. Entendo que não pode haver sustação administrativa de uma medida já aprovada por esta Casa.

Assim sendo, Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., certidão autenticada da Sessão de sexta-feira e da de hoje, bem como dos dois Requerimentos, o aprovado na Sessão de sexta-feira e o presente Requerimento. Entendo que com a aprovação do Requerimento ora em discussão, se abre, regimentalmente, um precedente perigosíssimo, nesta Casa. Portanto, solicito a V. Exa. a expedição dessas duas certidões autenticadas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere o requerimento de autoria do nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

Continua em votação o Requerimento. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando sejam justificadas as suas faltas às Sessões ocorridas na semana de 19 a 23 do corrente, por motivo de viagem a Salvador-Ba., onde participou como representante desta Casa no VIII Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária. — Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

O SR. ANTONIO BELINATI — (Para explicação pessoal) Sr. Presidente, a Casa aprovou, hoje, o Projeto de Lei n.º 248-73, que estende aos expedicionários, aos ex-combatentes, benefícios que serão amparados com a regulamentação do Artigo 148, da Constituição Estadual.

E neste momento, Sr. Presidente, apenas em rápidas palavras, queremos, em nome de vários ex-combatentes, expressar ao Sr. Governador Emílio Gomes a gratidão daqueles que lutaram em defesa de nossa Pátria, participando da II Grande Guerra Mundial. Esses ex-combatentes querem levar ao Sr. Governador a gratidão por essa Mensagem encaminhada a esta Assembléia. Os Expedicionários muito devem ao seu companheiro de lutas Sr. Arsenio, o Expedicionário que muito lutou reivindicando de vários Deputados e fazendo chegar seu clamor ao Sr. Governador, clamor esse agora atendido com essa Mensagem tão oportuna, porque obedece rigorosamente ao texto constitucional que conceitua o ex-combatente, estabelece o meio de provas, regula a estabilidade funcional, assegura o aproveitamento no serviço público, concede aposentadoria aos 25 anos de serviço, dispõe sobre direito de pensão, assistência médica, educacional, assim como concessão de adicionais e isenção do imposto de transmissão.

Até o momento, os expedicionários lotados em órgãos e repartições públicas aqui do Paraná, não vinham desfrutando dos benefícios que lhes eram concedidos pela Constituição e agora o Sr. Governador, através dessa Mensagem, faz a adaptação das vantagens proporcionadas pela Constituição aos ex-combatentes, através do Artigo 148 da Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 55-73, 59-73, 63-73 e 66-73 e de Lei n.ºs. 217-73, 221-73 e 248-73.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150-73.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63-73.

Marcando, ainda, uma Sessão Extraordinária, para amanhã, dia 27, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92-73

Levanta-se a Sessão.